

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PUBLICAÇÃO Nº 051/CMDCA-SP/2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SP, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8069/90, torna publica a Ata de Reunião da Reunião Ordinária do dia 10/03/2015.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA/SP

Presentes:

MEMBROS TITULARES E SUPLENTE: Mauro Caseri (Presidente do CMDCA/Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania); Kátia Cristina dos Reis (Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania); Maia Aguilera Franklin de Matos (Secretaria de Negócios Jurídicos); Gabriela Biazi Justino da Silva (Secretaria de Negócios Jurídicos); Athene Maria de Março França Mauro (Secretaria da Saúde); Thais Romoli Tavares (Secretaria da Educação); Sylmara Andreoni Vettorelo Ramires (Secretaria de Esporte, Lazer e Recreação); Valdir Gugiel (Atendimento Social); Esequias Marcelino da Silva Filho (Atendimento Social); Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto (Melhoria das Condições de Vida da População); Maria de Fátima Lopes Pereira (Melhoria das Condições de Vida da População); Maria Ribeiro Lopes (Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente); Edvaldo Luiz Vicente da Silva (Estudos e Pesquisa); Olício Alves Rocha (Trabalhadores); Maristela do Amaral Freitas (Trabalhadores); Maria Iracema de Araújo (Atendimento Social).

CONVIDADOS E OUTROS PARTICIPANTES: José Valdenor de Oliveira (Conselho Tutelar de Itaim Curuçá); Silelio F. Lopes (Conselho Tutelar de São Miguel Paulista); Vicente A. Arce (Conselho Tutelar de M. Boi Mirim); Maria Zuleu Bezerra da Silva (Conselho Tutelar de M. Boi Mirim); Eduardo de Rezende; Nadiely M. de S. Sapio (ALPS/CEI Ser Feliz II); Rodrigo Galvão Viana (Instituto Verter); Genésio S. Domingos (Conselho Tutelar de Lajeado); Ana Regina dos Santos (SP-G) Nathalia Augusta Gonçalves (Pró-Saber); Gabriela Limeres Nascimento (APAE); Patrícia Couto Gimael (Pró-Aliança pela Infância); Rosely Oliveira (Projeto Travessia); Luciana Besse (LMS) Célio Freitas (Ação Comunitária); Lenita de Salir (R.F. Brasil); Cláudia Amira Fiachitello (ASEC); Rosa Pizzuto (Associação Cruz de Malta); José Girardi Vilela (Ato Cidadão); Wilson Roberto Valeriano (Ato Cidadão); Madalena Sadré (Arco Associação); Kauan Onofre (Associação Bianca Alves); Joyce Harabara Santana (IOS); Marina M. Fernandes (Casa dos Curumins); Antônio Carlos (Conselho Tutelar da Penha); Sérgio S. Souza (Projeto Social Pamplona); Expedito Gomes (Projeto Social Pamplona); Eliana Seidel (Conselho Tutelar Caiçaras/Tremembé); Aparecida P. Gomes Peruchi (Conselho Tutelar Jaçanã); Vivaldo (Receita Federal); Vandir (Receita Federal) Ademir Gomes (Conselho Participativo); Iraide Barbosa da Silva Gomes (Suplente Conselho Tutelar); Alcione Marques de Sousa (GRASCE); Daniele Neri (IDESC Vida Nova); Cacilda S. Modesto (Ação Comunitária Santo Cristo); Simone Denise Silva. (Conselho Tutelar); Ana Célia Ferreira (Obra Social Santa Clara); Tamires Marlene (ISBET); Vania Menezes Vidal (Conselho Tutelar de Parelheiros); Louise Machado de Carvalho (AACD); Wilson Cotrim (Conselho Tutelar da Mooca); Isabel Veras (Conselho Tutelar de Cidade Tiradentes); Renata Abi Rached

Torres (Fundação Gol de Letra); Jaime Santana Silva Souza (SAICA Casa Nazaré); Marisol H. Parrilla (UNIBES); Michelle Maldonado (Junior Adrievement); Luís Fernando Ossani (Associação Santo Agostinho); Alex Sandro S. Figueiredo (Centro Comunitário Castelinho); Rudinéia Alves (Conselho Tutelar Santo Amaro); Irene Wirthmann (Gotas de Flor); Roberta Lins (Helen Drexel); Vanessa C. Gobatto (Mov. Com. Estrela Nova); Regina Brito Pessoa (Instituto Olga); Sandra (Instituto Via Acesso); José

Maria Pereira (Conselho Tutelar); Edvaldo da Guia (Conselho Tutelar); Simone S. (CCC Sinhazinha Meireles); Dinorá Maria da Silva (Conselho Tutelar Itaquera); Neusa O. S. (Conselho Tutelar Itaquera); Andrés Luna (SOMAR); Clovis Tadeu Dias (Fund. Proj. Travessia); José Gustavo Coimbra; Flariston F. Silva (SMULTE); Pamela Faria Mattos (Associação Alfasol); Gisele Juodinis (Assoc. Fazendo História); João B. (Assoc. Com. Santo Cristo); Viviane Trindade (CCT); Thiago Fernandes (ADID).

PAUTA:

- 1) Diretoria Executiva;
- 1.1) Informes da Eleição da Sociedade Civil;
- 1.2) COT: Informes;
- 1.3) Conferência Municipal: Informes;
- 1.4) Edital 2013: Informes;
- 1.5) Classificação Edital FUMCAD 2014;
- 1.6) Cartas de Anuência – Kit Lanche da Conferência;
- 2) CPGDCT: Novos Conselhos Tutelares;
- 3) CPRI: Registros.

Sob a Coordenação do Sr. Mauro Caseri (Presidente do CMDCA/Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania) iniciou-se a Reunião Ordinária do CMDCA, solicitando que todos os Conselheiros registrem a sua presença. Após o registro dos presentes, foi apresentada a pauta e a Sra. Maria Iracema de Araújo (Atendimento Social) sugeriu que a questão das Cartas de Anuência e dos novos Conselhos Tutelares fossem os primeiros pontos a serem tratados. A Sra. Néia disse que haviam colocado a questão dos novos Conselhos Tutelares seria para uma pauta extraordinária por se tratar de uma pauta complexa, propondo colocá-lo com primeiro ponto de pauta. A Sra. Maria Iracema de Araújo explicou que na Reunião Extraordinária do dia 03 de março houve uma proposta inicialmente de que houvesse uma Reunião Extraordinária para essa pauta, no entanto, disse que houve uma contra proposta, devido o adiamento da questão, que fosse tratado na Reunião Ordinária do dia 10 de março, e os Conselheiros de Direitos deliberaram a favor da segunda proposta. Relatou que naquele mesmo momento foi sugerido pelo Conselheiro Valdir que fosse criado um GT para discutir a questão, mas o Presidente afirmou que havia um GT composto pela CPCT, CPCA, CMDCA e pela CPGDCT e foi retirado como encaminhamento que as regiões enviariam os dados até dia 05 de março, sendo que no dia 06 de março haveria a compilação dos mesmos e, no dia 09 de março, o GT iria analisar esses dados.

O Sr. João sugeriu marcar uma Reunião Extraordinária para a questão dos novos Conselhos Tutelares, por se tratar de uma pauta muito extensa. O Sr. Mauro Caseri disse que precisam buscar o objetivo de sair dessa reunião com a definição desse tema e colocou a proposta do Sr. João para deliberação dos Conselheiros, e os mesmos decidem realizar a discussão nessa reunião.

Seguindo para aprovação da proposta de inversão de pauta da Sra. Maria Iracema Araújo, o Sr. Mauro Caseri sugeriu que a pauta fique da seguinte maneira:

- 1) Cartas de Anuências – Transporte para a Eleição dos/as Conselheiros/as de Direito do CMDCA;
- 2) CPGDCT: Novos Conselhos Tutelares;
- 3) Posse dos Novos Conselheiros Tutelares;

- 4) CPRI: Registros;
- 5) Edital 2013: Informes;
- 6) Classificação do Edital FUMCAD 2014;
- 7) Diretoria Executiva;
- 8) COT: Informes;
- 9) Informes da Eleição da Sociedade Civil;
- 10) Conferência Municipal: Informes. Colocada em deliberação, os Conselheiros concordam com a alteração.

1) Cartas de Anuências Transporte para a Eleição dos/as Conselheiros/as de Direito do CMDCA: O Sr. Mauro Caseri disse que terão cerca de 700 servidores trabalhando no processo de eleição e para isso foi feita uma solicitação e aprovada em reuniões anteriores a fornecimento de Kits Lanches, sendo que precisam aprovar uma Carta de Anuência para o pagamento dos mesmos. A Sra. Solanje Agda da Cruz de Paula Pinto (Melhoria das Condições de Vida da População) explicou que a Carta de Anuência para os Kits Lanches para a Eleição já foi aprovada e que precisam aprovar uma Carta para o transporte para a Conferência Municipal. O Sr. Mauro Caseri disse que ainda não possuem o valor do transporte para a Conferência Municipal, porque estão utilizando a Ata da Educação que é ponto a ponto, então, relatou que estão negociando com a empresa a possibilidade de pelos menos dois pontos de paradas na contratação. A Sra. Kátia Cristina dos Reis (Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania) lembrou que algumas pessoas que estão no Plenário fazem parte da Comissão de Conferências e que, se reunirão hoje as 14h00.

2) CPGDCT: Novos Conselhos Tutelares:

A Sra. Maria Iracema de Araújo explicou que o Edital tem a previsão pela Resolução nº170 do CONANDA de ser publicado até o dia 04 abril, seis meses antes do Pleito e que, a Comissão, junto com todo o Conselho, na Reunião do dia 03 de fevereiro com o Ministério Público, em que ficou claro que não haverá tempo para a aprovação da Lei Municipal, haja vista que há vários pontos que necessitam de discussão. Disse que foi definido na reunião que o processo se mantém pela Lei 11.123 de 1991, sendo que foi deliberada parte da proposta do Decreto que o Conselho fará ao Executivo e outra parte da criação do Conselho, estão trazendo hoje. Relatou que a proposta é encaminhar ao Executivo uma solicitação que seja alterada o Decreto do Pleito de 2011, voltando ao Decreto original da Lei 11.123, o que possibilita a todos os eleitores o voto em até cinco candidatos. Informou que receberam de 16 regiões os dados de demandas dos Conselhos Tutelares e agradeceu ao Sr. Gustavo, da UNAS, que ajudou na digitação e na compilação dos dados. A Sra. Kátia Cristina dos Reis disse que trabalharam com dados da população de zero a 17 anos, dados oficiais da saúde, da educação, da Assistência Social com o CADÚNICO, do IPVS V e VI que mostram as áreas com maior vulnerabilidade na cidade São Paulo. Relatou que o CMDCA e a Secretaria de Direitos Humanos realizaram em 2014 um trabalho junto com a UNICEF e que, convidaram as outras Secretarias que foram citadas para a Plataforma dos Centros Urbanos, sendo que todas apresentaram os seus dados. Disse que a UNICEF realizou o cruzamentos desses dados para verificar quais foram as áreas mais vulneráveis para que pudesse entrar com seu programa. Com relação aos 16 Conselhos Tutelares que enviaram as demandas, Sra. Maria Iracema de Araújo esclareceu que receberam seis pedidos da Zona Leste das seguintes Subprefeituras: Cidade Líder, Parque do Cabo, Curuçá/Jacuí, Cidade Tiradentes, Moóca; da Zona Norte: Brasilândia, Perus e Pirituba; da Zona Oeste: Tremembé, Cachoeirinha; da Zona Sul: Campão Redondo, Jardim Ângela, Parelheiros, Sacomã. A Sra. Kátia Cristina dos Reis disse que no primeiro

momento realizaram um exercício de verificação de quais eram as áreas mais vulneráveis com relação a todas as políticas definidas para criação dos oito novos Conselhos Tutelares. A Sra. Maria Iracema de Araújo disse que dos 16 Conselhos Tutelares, na reunião que tiveram com o GT, 80% foi sugerido na reunião com a CPCA, a Comissão Permanente e com o Conselho de Direito e relatou que os resultados foram: na Zona Leste: Cidade Líder, Curuçá e Cidade Tiradentes; na Zona Norte: Perus e Pirituba; na Zona Oeste: Tremembé; da Região Sul: Capão Redondo e Sacomã.

Disse que os oito novos Conselhos Tutelares compõem a determinação do Ministério Público no Inquérito Civil nº 172 de 2011. O Sr. Mauro Caseri abriu para manifestações dos Conselheiros e a Sra. Néia questionou como ficará a questão dos outros oito Conselhos que foram apontados e não serão contemplados e disse que existe uma falta de uma Política Pública para o Conselho de Santo Amaro, propondo que seja estudado nos oito Conselhos formas de Políticas Públicas para que estejam de fato estruturados para receber no dia 10 de janeiro de 2016 o Colegiado do Conselho que foi eleito. O Sr. José Valdenor de Oliveira (Conselho Tutelar de Itaim Curuçá) agradeceu a todos que colaboraram na implantação do Conselho de Curuçá e o Sr. Wilson questionou sobre os quesitos que foram colocados e porque o CMDCA não toma uma posição em favor dos Conselhos Tutelares na cidade de São Paulo. O Sra. Lurdes (Conselho Tutelar da Casa Verde) indagou qual foram os critérios utilizados e solicitou que os Conselheiros repensassem sobre a situação do Conselho Tutelar da Casa Verde. O Sr. Fábio (Conselho Tutelar Brasilândia) frisou que houve um avanço bastante interessante na lista de Conselhos e observou estão solicitando desde o primeiro documento que encaminharam que na elaboração do Decreto seja observada a questão do território de Pirituba Jaraguá e que os próximos Conselhos contemplados sejam Jaraguá e Morro Doce para abranger a Região Noroeste. O Sr. Lourival disse que o Conselheiro Tutelar tem que ter a noção da dificuldade que existe e que, na compreensão das Políticas Públicas é preciso que tenha uma leitura sobre os acusados dos atos infracionais. A Sra. Maria Antônia (Conselho Tutelar do Ipiranga) sugeriu que os novos Conselhos Tutelares, juntamente com o CMDCA, a Secretaria de Direitos Humanos e as Subprefeituras locais realizem encontros para discutir a implantação/ampliação dos locais. A Sra. Inês solicitou que seja considerado dentro de todos os critérios que o CMDCA utilizou que sejam feitas as plantas das áreas dos novos Conselhos. O Sr. Olício Alves Rocha parabenizou a Comissão que trabalhou para finalizar a escolha dos novos Conselhos Tutelares e a todos os Conselheiros Tutelares que participaram da última Plenária que contribuíram para a escolha dos nomes dos mesmos. O Sr. Mauro Caseri parabenizou a equipe e disse que ela deveria continuar para apresentar no Decreto a reorganização da divisão física dos Conselhos a partir da experiência acumulada. Relatou que precisam pensar em uma forma de como podem negociar com o Poder Público a instalação dos Conselhos. A Sra. Maria Iracema de Araújo disse que será encaminhado de forma imediata ao Executivo a proposta para que seja viabilizado o Decreto, lembrando que, como não havia a deliberação e nem o Decreto em 2014, não houve a proposta orçamentária e que ainda no exercício de 2015 precisa estar instalado a sede do Conselho.

Solicitou que seja definida uma data para uma reunião com o CPCA, CPGDCT, CMDCA e CPCT para iniciar as discussões da Minuta do novo Edital e disse que já foi solicitado o levando dos três últimos editais para o Administrativo para a análise. Explicou que foi realizado um cruzamento de índices para a escolha dos novos Conselhos, não havendo nenhum tipo de privilégio. O Sr. Edvaldo Luiz Vicente da Silva (Estudos e Pesquisa) lembrou que o mapeamento cobrado é um dever de todos da comunidade e disse que precisam realizar uma discussão local para trazer para o Conselho o mapeamento para sua homologação. A Sra. Maria Iracema de Araújo disse que solicitou a CPCT para verificar uma proposta de data para a reunião da Comissão para que pudessem depois se adequar e os participantes decidem realizá-la no dia 20 de março na CPGDCT. Submeteu a todos os Conselheiros a aprovação dos oito Con-

selhos Tutelares apresentados pela Comissão, e não havendo nenhuma manifestação de abstenção, voto contrário ou qualquer observação, foi aprovada criação dos oitos Conselhos. O Sr. Fábio disse que a Comissão de Estrutura já encaminhou um documento, tanto para a Comissão de Direito na CPGDCT, como para a Coordenadoria da Criança e do Adolescente, informando que se faz necessário com pelos menos seis meses de antecedência comunicar a Subprefeitura da criação do novo Conselho e solicitando que o Prefeito autorize no Decreto um recurso adicional para a sua implantação. O Sr. Mauro Caseri explicou que há uma Portaria que transferiu para a Secretaria de Direitos Humanos o orçamento para implantação dos Conselhos.

3) Posse dos Novos Conselheiros Tutelares:

O Sr. Mauro Caseri realizou a posse dos seguintes Conselheiros Tutelares: Simone Denise Silva, Iraide Barbosa da Silva Gomes, Ademar Ângelo Osorio, Genésio S. Domingos, Eliana de Albuquerque.

4) CPRI: Registros:

- a) Registro: 0068/94; Entidade: Centro de Promoção Humana Nossa Senhora Aparecida; Conselho Tutelar: Jaçanã Tremembé; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- b) Registro: 0177/94; Entidade: Centro de Assistência Social Brás/Mooça; Conselho Tutelar: Mooça; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- c) Registro: 0332/94; Entidade: Creche Fraternidade Maria de Nazaré; Conselho Tutelar: Butantã; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- d) Registro: 0414/94; Entidade: Associação dos Deficientes de Ermelino Matarazzo; Conselho Tutelar: Ermelino de São Miguel e Penha; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- e) Registro: 1351/07; Entidade: Associação Solidariedade em Marcha; Conselho Tutelar: Jardim São Luís; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- f) Registro: 1472/09; Entidade: ISBET: Instituto Brasileiro de Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento; Conselho Tutelar: Bela Vista; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- g) Registro: 1512/09; Entidade: Sindicato dos Clubes do Estado de São Paulo/ Paulo Sind. Clube; Conselho Tutelar: Vila Mariana; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 097.
- h) Registro: 1561/10; Entidade: Associação dos Amigos Voluntários do Projeto Pinderê/AAVPP; Conselho Tutelar: Jardim São Luís; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- i) Registro: 1568/10; Entidade: Instituto Ser Mais; Conselho Tutelar: Sé; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- j) Registro: 1572/10; Entidade: Associação Cidadania Ativa do Jardim Macedônia; Conselho Tutelar: Campo Limpo; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- k) Registro: 1802/13; Entidade: Instituto Magalhães de Apoio a Saúde, Educação e Cidadania; Conselho Tutelar: Pinheiros; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- l) Registro Novo: 1866/15; Entidade: Sociedade Beneficente Eco Vida Esperança; Conselho Tutelar: Itaquera; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.
- m) Registro Novo: 1867/15; Entidade: O Quinto Elemento: Associação Cultural Educacional Cultura Esportiva; Conselho Tutelar: Freguesia do Ó; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 06.
- n) Registro Novo: 1868/15; Entidade: Fundação Lama Gangchen para a Cultura e Paz; Conselho Tutelar: Casa Verde; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 06.
- o) Registro Novo: 1869/15; Entidade: Associação Reciclázaro; Conselho Tutelar: Mooça; Parecer da CPRI: Favorável; Resolução: 102.

5) Edital 2013: Informes: O Sr. Olício Alves Rocha informou que as entidades apresentaram as cartas de adequação e a Comissão está realizando a análise, para que na próxima Plenária seja apresentado o que foi acatado ou não. Uma participante esclareceu que dentre os 91 projetos, 56 projetos apresentaram cartas de adequação para dois anos.

6) COT: Informes: O Sr. Mauro Caseri informou que o Ministério Público encaminhou para o Conselho e para o Secretário um documento recomendando que os Conselheiros Tutelares não façam parte do COT e disse que realizou uma conversa com as pessoas que participam do Fórum e os mesmos chegaram à conclusão que não abririam mão dessa indicação. Disse que diante essa situação, irão seguir a recomendação do Ministério Público, pois o Secretário acolheu a mesma, tornando-a pública e comunicando oficialmente as pessoas e aquele que a Lei diz que tem a prerrogativa de indicar. Disse que feito isso, irão publicar a convocação do COT, sem a presença dos Conselheiros Tutelares, sendo que essa publicação será encaminhada para o Fórum, solicitando que o mesmo faça o encaminhamento dos novos representantes respeitando a recomendação. Relatou que está tentando agregar ao COT um técnico da Secretaria que possa preparar o que será solicitado nos convênios. O Sr. Lourival compreendeu que se acatarem essa recomendação sem realizar uma defesa, os Conselheiros Tutelares reduziram a sua condição de defensor de direito e de agente de direito e disse que o Fórum reitera a posição de indicar novamente os nomes dos Conselheiros, reafirmando que os mesmos possuem liberdade e direito de exercer esse papel, ressaltando o direito do Fórum de indicar. O Sr. Mauro Caseri disse que a atividade de Conselheiro Tutelar exige um grande esforço e lhe preocupa a incompatibilidade da atividade conselheira com a atividade do COT. Explicou que a decisão de não acolher a indicação dos Conselheiros Tutelares, não é sinônimo de não acolher a indicação do Fórum e disse que o Conselho em reunião deliberou pela não aceitação da indicação de Conselheiros Tutelares. A Sra. Néia disse que credita, como representante da Sociedade Civil, que precisam observar o que está acontecendo e que, sabe o que aconteceu realmente com relação à indicação. O Sr. Mauro Caseri solicitou que a Sra. Néia diga o que aconteceu, e diante a sua negação, relatou que, enquanto Presidente desde Conselho, fará uma interpeção judicialmente contra a Sra. Néia, para que a mesma diga o que deixou de citar nessa reunião. A Sra. Néia disse que questionaram sobre a questão da não elaboração do Plano da Proteção Integral tem que ser feito pelo Conselho anualmente e afirmou que possui tempo para se dedicar ao COT, pois tem muitas horas de plantão. O Sr. Mauro Caseri esclareceu que quando o Conselho deliberou pela não aceitação do Conselheiro Tutelar como membro do COT, não havia acontecido qualquer reunião e que, essa recomendação é anterior a sua chegada. Afirmou que há de sua parte nada contra as pessoas. O Sr. Wilson disse que é importante a participação dos Conselheiros Tutelares no COT não apenas para as entidades, mas para toda a Sociedade de Civil e todo Serviço da Garantia de Direito da Criança e do Adolescente, porque estão participando das situações de perto. Por força da hora, o Sr. Mauro suspendeu a reunião e esclareceu que os itens de pauta que não foram debatidos ficaram para a próxima Reunião Ordinária. Encaminhamentos e Decisões:

1 – Reunião dia 20 de março na CPGDCT da Comissão;

2 – Aprovação da criação dos oito novos Conselhos – Zona Leste: Cidade Líder, Curuçá e Cidade Tiradentes; na Zona Norte: Perus e Pirituba; na Zona Oeste: Tremembé; da Região Sul: Capão Redondo e Sacomã.